



EDUCAÇÃO PARA HÁBITOS E ATITUDES DE COMUNICAÇÃO PACÍFICA E NÃO VIOLENTA

EDUCATION FOR PEACEFUL AND NON-VIOLENT COMMUNICATION HABITS AND ATTITUDES

PAULO CÉSAR NODARI

Resumo: Este artigo tem o objetivo de acentuar a relevância das contribuições da Comunicação Não Violenta para uma cultura de paz e de não violência. Para a articulação desta reflexão, em um primeiro momento, a partir do conflito de trabalho entre dois funcionários de uma mesma empresa, busca-se apresentar a concepção de educação, articulando algumas ideias para a reflexão a respeito da missão da educação para a construção de uma nova cultura de cuidado, de paz e de não violência. E, em um segundo momento, traz-se à baila algumas ideias de como se pode pensar a concepção de cultura de paz e de não violência. E, por fim, em um terceiro momento, apresentam-se algumas ideias sobre a importância da mediação da comunicação não violenta na resolução de conflitos em casos da “vida como ela é”, isto é, da vida real, salientando, porém, que o mais importante e emergente, no fim de contas, é a tarefa de educar as pessoas hábitos e atitudes de comunicação pacífica e não violenta.

Palavras-chave: Comunicação Não Violenta; Educação; Conflito; Diálogo; Cultura de Paz.

Abstract: This article aims to highlight the relevance of the contributions of Non-Violent Communication to a culture of peace and non-violence. To articulate this reflection, initially, based on the work conflict between two employees of the same company, we seek to present the conception of education, articulating some ideas for reflection of a new culture of care, peace and non-violence. And, in a second moment, some ideas are brought up on how to think about the concept of a culture of peace and non-violence. And, finally, in a third moment, some ideas are presented about the importance of mediating non-violent communication in resolving conflicts in cases of “life as it is”, that is, real life, highlighting, however, that the most important and emerging, after all, is the task of educating people in habits and attitudes of peaceful and non-violent communication.

Keywords: Non-Violent Communication; Education; Conflict; Dialogue; Culture of Peace.

Este artigo tem o objetivo de analisar a relevância das contribuições da comunicação não violenta, conhecida e reconhecida pela sigla CNV, para a cultura de paz e de não violência. Esta reflexão foi motivada por disciplinas ofertadas no Módulo 1 da Especialização “MBA: Liderança e Gestão Inovadora de Instituições Educacionais”, ofertada pela Universidade Corporativa da União Brasileira de Educação Católica (UniUBEC), sob os

títulos: (a) *Pastoralidade e ética do cuidado nas relações interpessoais*, (b) *Educação, liderança e inovação: desenvolvendo competências* e (c) *Mediação de conflitos e comunicação não violenta*. Para a avaliação final conjunta das referidas disciplinas, houve a apresentação de um caso específico para ser analisado e comentado. Das disciplinas, toma-se a liberdade de trazer o conflito que fora posto com o objetivo de avaliação. Para a articulação deste artigo, em um primeiro momento, a partir do conflito a ser exposto, busca-se apresentar a compreensão de educação, articulando algumas ideias para a reflexão a respeito da missão da educação para a construção e para a constituição de uma nova cultura de cuidado e de paz e de não violência. E, em um segundo momento, traz-se à baila algumas ideias de como se pode pensar a concepção de cultura de paz e de não violência. E, por fim, em um terceiro momento, trata-se de apresentar algumas ideias sobre a importância da mediação da comunicação não violenta na resolução de conflitos em casos da “vida como ela é”, isto é, a vida real.

Eis, a seguir, o conflito em questão.

“Felipe informou que recebeu uma agressão do colega de trabalho, chamado Thiago. Por sua vez, Thiago contou sua versão do caso, dizendo que trabalha na empresa há muitos anos e ensinou o serviço para Felipe. Thiago prossegue dizendo que Felipe está tentando se promover e deu informações erradas propositalmente, o que prejudicou seu relatório mensal. Felipe foi repreendido pela gerência, que propôs uma reunião de mediação. Nessa reunião, Felipe negou ter dado informações incorretas de forma proposital. Ele disse que estava sobrecarregado, tendo dado as informações com muita pressa, pois olhou muito rápido a planilha de forma equivocada. Ele só conseguiu perceber o erro um pouco antes da reunião, e que até então não havia dito nada, pois não tinha sido culpa dele. E reafirmou: - “O Thiago é que não soube esperar e quer tudo na hora!”.

EDUCAÇÃO E UMA NOVA CULTURA

Parte-se da ideia-chave de que a educação tem a finalidade de humanizar e personalizar o ser humano, proporcionando desenvolver de forma mais completa possível seu pensamento e sua liberdade na convivência com todos os seres vivos na Casa Comum. Quando a educação consegue entronizar no ser humano hábitos de compreensão e comunhão

com a totalidade do seu ser, consegue fazer com que a própria pessoa humanize o seu mundo, transforme a sociedade e construa a história. “A educação terá um papel determinante na criação da sensibilidade social necessária para reorientar a humanidade.” (ASSMAN, 2002, p. 260.). O *Documento de Aparecida* diz com muita propriedade:

A educação humaniza e personaliza o ser humano quando consegue que este desenvolva plenamente seu pensamento e sua liberdade, fazendo-o frutificar em hábitos de compreensão e em iniciativas de comunhão com a totalidade da ordem real. Dessa maneira, o ser humano humaniza seu mundo, produz cultura, transforma a sociedade e constrói a história. (CELAM, 2007, 45).

É importante salientar que o processo educativo não se resume no acúmulo de informações. Constitui-se em aprender a conhecer e a pensar, já que “o segredo de aprender a conhecer é saber relacionar e contextualizar” (LIBANIO, 2001, p. 19), ou seja, saber tecer os elos das diversas relações e formar um pensamento sistêmico. Constitui-se em aprender a fazer, que não é senão a capacidade de “captar o espírito da estratégia e da reflexividade que permitem um refazimento contínuo do agir, à medida que os dados oferecidos pelo ambiente o pedem e exigem.” (LIBANIO, 2001, p. 55). Trata-se de aprender a viver juntos com os outros, pois se constitui na descoberta do valor radical de si e dos outros, de modo que “o caminho da autêntica formação para viver juntos passa por uma dupla descoberta: a do valor próprio e a do valor dos outros” (LIBANIO, 2001, p. 66). A educação precisa, portanto, ajudar no processo de sociabilidade, isto é, ajudar na formação de uma sociedade justa, pluralista, democrática e pacífica. Aprender a ser significa compreender de modo amplo quem é o ser humano, pois “aprender a ser é despojar-se das coisas para revelar o próprio ser.” (LIBANIO, 2001, p. 84). Aprender a ser é procurar o desenvolvimento integral do ser humano, sempre pensado como ser-no-mundo, isto é, numa situação determinada, na qual sua tarefa principal é produzir-se. É o fazer-se do ser humano. “O processo, através do qual, nas situações históricas específicas, o homem conquista uma forma própria de ser homem é aquilo que, no espaço de nosso processo civilizatório, se chama educação.” (OLIVEIRA, 1997, p. 203). A educação aparece, por conseguinte, como o próprio existir histórico do ser humano.

É importante salientar o papel fundamental da educação para a formação cidadã pacífica. Em outras palavras, chama-se a atenção para a responsabilidade e para o compromisso inadiável de cada um com o esclarecimento, a formação e a prática da cidadania pacífica, enquanto conjunto de direitos e obrigações que cada cidadão tem, como presença

no mundo, presença com os outros na sociedade na qual vive, com o Estado e com a existência e continuidade da vida da Casa Comum (NODARI, 2022a, p. 12). Nesse sentido, faz-se necessário assumir com responsabilidade o compromisso de uma educação para a cidadania pacífica que não seja só local, mas universal, capaz de vencer as barreiras do “localismo provinciano”. Trata-se de aprender que nada do que acontece pode nos ser alheio e indiferente (CORTINA, 2005, p.193). Assim sendo, enquanto livres, somos capazes de responsabilidade. O ser humano é um ser de responsabilidade, porque é capaz de decisões livres (OLIVEIRA, 2001, p. 287).

Tal tarefa é responsabilidade de cada um e de cada uma, e, portanto, de todos, porque ninguém pode realizar essa tarefa no lugar de outrem, tendo, por conseguinte, a família, a escola, as igrejas, as instituições, as entidades, os movimentos, as faculdades, as universidades, por sua vez, nessa perspectiva, uma função imprescindível. Cabe-lhes, entre outras funções, ser formadoras da inteligência, dispensadoras da cultura, sensibilizar e dar a cada pessoa os saberes e os conceitos que lhe permitam chegar a uma palavra responsável, a um discurso coerente, e a uma reflexão livre e aberta (ROBINET, 2004, p. 297), capaz de criar a consciência de que todos precisam cuidar da vida, precisam assumir a responsabilidade pelo futuro da humanidade (JONAS, 2006, p. 353). Ou seja, todos precisam assumir o princípio inspirador de um novo paradigma de convivência, a saber, o paradigma do cuidado no sentido de não ser apenas um ato, mas uma atitude. Representa, por conseguinte, uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e envolvimento afetivo comigo mesmo, com o outro, com o mundo, com a totalidade da existência (BOFF, 1999, p. 33). O cuidado significa um novo modo de ser. “Um modo-de-ser não é um novo ser. É uma maneira do próprio ser de estruturar-se e dar-se a conhecer. O cuidado entra na natureza e na constituição do ser humano. O modo-de-ser cuidado revela de maneira concreta como é o ser humano.” (BOFF, 1999, p. 34).

Mais do que nunca se faz sentir a urgência do compromisso do ser humano assumir a vida do mundo no qual está imerso em situação vital e em diálogo permanente por meio de suas formas de viver no mundo. O mundo, na sua realidade física, é em si mesmo um bem. O mundo não é apenas bom em si mesmo, é, também, bom para o ser humano, para todos os seres vivos (Cf. NODARI, 2019, pp. 57-75). Assim sendo, ainda que o mundo não seja o bem supremo do ser humano, ele se constitui como condição concreta e irrecusável, a partir do

qual e de onde cada pessoa busca seu caminho e processo de perfeição e realização pessoal. Faz-se necessário articular um novo sentido de vida para o ser humano. Clama-se por uma nova espiritualidade que articule um encontro novo do ser humano com a vida, com a história, com o mistério do mundo, com a razão da evolução.

Nessa nova perspectiva, o ser humano precisa ser compreendido como um nó de relações, voltado para todas as direções, sobretudo, para a consciência planetária de que somos cidadãos e cidadãs do mundo e não apenas desta ou daquela comunidade, deste ou daquele país, de que vivemos numa comunidade de destino (BOFF, 2000). Ou seja, o destino da espécie humana está associado, indissolúvelmente, ao destino do planeta e do cosmos. Nós, criaturas e expressão da parte consciente da Casa Comum, precisamos aprender a conviver, democraticamente, com outros seres e repartir com eles os meios de vida. Trata-se, por conseguinte, de perceber que o universo inteiro repercute em cada um e cada uma de nós (FORTE, 2005, p. 205-220). Nenhum ser humano é uma ilha isolada. Formamos uma aldeia global. Somos uma teia de relações (CAPRA, 1997). Tudo isso nos mostra que o destino do ser humano e do mundo caminha indissolúvelmente unido.

Nos últimos tempos o clamor pela vida e pela sua preservação tem recebido uma ênfase muito forte e especial em todas as áreas da ciência e de muitas instituições. Nesse sentido, devemos estar vigilantes e atentos ao uso da ciência e da técnica. Estas são, por sua vez, um bem e um patrimônio não só dos cientistas, mas de toda a humanidade. Consequentemente, elas devem estar sempre a favor da vida e não serem usadas como meio de manipulação da vida para benefícios de quem tem dinheiro e poder. A corrida desenfreada pela lucratividade, se não questionada em seus alicerces de sustentação, pode nos levar a perder valores muito preciosos para o futuro das sociedades democráticas (NUSSBAUM, 2015, p. 7). A vida não pode estar como “uma coisa” a ser manipulada e dominada, violando a liberdade e o processo de humanização. Nesse sentido, todos podem e devem prestar seu auxílio e sua valiosa contribuição acerca do cuidado que deve prevalecer desde o início até o fim da vida humana. Pode-se, então, falar de uma ética do cuidado e da vida.

Faz-se necessário articular um sentido novo de vida para o ser humano, uma vez que o potencial de perigo contido, sobremaneira, nas agressões e violação dos direitos humanos, nas injustiças sociais cada vez mais gritantes, e na ameaça de destruição da Terra, clama por uma resposta engajada e consciente do homem. Faz-se urgente uma orientação ética. O ser

humano constitui na criação um ser ético capaz de apreender a realidade, refletir, decidir. Faz-se responsável. Pode dar uma resposta à proposta que vem da criação, pois o ser humano e a criação encontram-se frente a frente. Ele é responsável pela criação, pela natureza. O ser humano dentro dessa nova perspectiva é guarda da criação e não seu dominador. Ele vive, eticamente, quando renuncia dominar os outros para estar junto com os outros, quando se faz capaz de entender as exigências do equilíbrio ecológico, dos seres humanos com a natureza e dos seres humanos entre si, sendo, inclusive, capaz de impor limites a seus próprios desejos, pois a ética ecológica faz lembrar que o ser humano não é apenas desejo, mas, antes de tudo, ser de responsabilidade e de solidariedade. É ser de comunhão, de relação integradora e vivificante. É com essa visão aberta que precisamos escutar o que o momento atual tem a dizer-nos (JUNGES, 1990, pp. 86-90). Dessa forma, o compromisso cristão pela libertação integral da pessoa humana inclui, necessariamente, o mundo no qual o ser humano vive.

O ser humano deve ser compreendido como um nó de relações, voltado para todas as direções. É pessoa. É um ser aberto à participação, à solidariedade e à comunhão. E isso porque, quanto mais o ser humano se comunica, sai de si, doa-se e recebe o dom do outro, tanto mais ele se realiza enquanto pessoa que é. Nessa perspectiva, o novo sonho, a despeito ainda de um sonho provisório, pode vir sustentado sobre quatro pilares importantes, ainda que não sejam os únicos e exclusivos.

(A) *Participação*: o ser humano é inteligente e livre; não quer ser apenas beneficiário, mas participante do projeto coletivo. Só assim se faz sujeito da história. É importante que cada pessoa, enquanto um ser único e singular, sinta-se e seja considerado e compreendido enquanto participante da comunidade humana e parte integrante da existência e convivência na Casa Comum. “Cada pessoa precisa sentir-se cidadã universal, não apenas de direito, mas, de fato, pois muitos cidadãos se sentem forasteiros existenciais em seu próprio país” (NODARI, 2022b, p. 61).

(B) *Igualdade*: resulta da participação de todos no projeto da presença de cada um enquanto parta da vida comum. Cada pessoa é singular e diferente, porém a participação impede que a diferença se transforme em desigualdade. É a igualdade na dignidade e no direito que sustentam a justiça social. A igualdade não pode ser compreendida como uniformidade e uniformização, mas como condições elementares, para que cada pessoa, independentemente, de onde provenha e quem seja, não tenha barradas e negadas as

condições, minimamente, razoáveis de vida, tais como: direito à saúde, direito à moradia, direito à educação, acesso às condições básicas de trabalho.

(C) *Diferença*: deve ser respeitada e acolhida a diferença como manifestação das potencialidades das pessoas e das culturas. As diferenças são como que a riqueza nas formas de participação, tomando em consideração que as diferenças revelam a riqueza da humanidade. É muito importante assumir convictamente e alimentar o projeto de uma cultura de encontros e de compartilhamentos, isto é, ter clareza de que ninguém é completo por si mesmo e tão-somente, de que nenhuma cultura é completa e perfeita em si. Logo, a cultura do encontro não é algo já instaurado de uma vez por todas. Embora se fale muito em proximidade, em encontro, em diálogo, sabe-se que há muitos desencontros e subornos culturais e políticos para tornar a existência mais de confrontos e competição, ao invés de se buscar uma convivência pacífica sob o alicerce da coexistência (NODARI, 2022b, p. 136). “Viver é aprender a viver. Aprender a viver é aprender a conviver. E esta aprendizagem é hesitante. O pêndulo da convivência oscila entre os extremos do ódio e da indiferença e da admiração e do amor. Aprende-se a conviver por entre encontros, encontrões e desencontros” (FERNANDES, 2021, p. 230). Encontros e desencontros, identidade e diferença constituem a cultura do encontro e da convivência. Lembra-se, pois, que a cultura é dinâmica, ela é processo aberto e inacabado. O que não se pode deixar acontecer, no entanto, é a atitude de fechamento ao diálogo e à diversidade cultural (NODARI, 2022b, p. 137).

(D) *Comunhão*: o ser humano possui subjetividade, capacidade de comunicação com sua interioridade e com a subjetividade dos outros; é capaz de valores, de compaixão e de solidariedade com os mais fracos e de diálogo com a natureza e com a divindade. Configura-se, pois, uma tarefa a ser assumida conjuntamente. Não é mais possível adiar o compromisso responsável de cuidar da Casa Comum. Trata-se não mais de um problema localizado, mas de um problema de todos. Urge uma nova compreensão de educação, pois a educação tem o “poder” de transformar pessoas. Mas não se pensa aqui de uma educação enquanto sistema educacional. Educação é auxiliar as pessoas a serem mais gente. Segundo Nussbaum: “Antes de podermos planejar um sistema educacional, precisamos entender os problemas que enfrentamos para transformar alunos em cidadãos responsáveis que possam raciocinar e fazer uma escolha adequada a respeito de um grande conjunto de temas de importância nacional e

internacional” (NUSSBAUM, 2015, p. 27).

CULTURA DE PAZ E DE NÃO VIOLÊNCIA

Neste segundo momento, busca-se apresentar alguns aspectos importantes acerca da importância da mediação na resolução do conflito em questão. Eis quatro aspectos importantes de reflexão acerca da concepção de cultura de paz e de não violência, ainda que não os únicos e exclusivos, evidentemente.

(A) *O diálogo busca trabalhar os conflitos sem criar mais violência, mas sim convivência.* Enquanto protagonistas e interlocutores de paz, na busca e na construção de uma cultura de paz e da resolução e superação de conflitos, tem-se condições de contribuir para a superação das várias formas de violência e injustiça. Sendo o conflito e os desafios constitutivos da existência humana, a linguagem dialógica se torna, por excelência, o meio, a instância, talvez, o “mundo” privilegiado para a busca de paz. Na e pela linguagem a paz encontra espaço propício para se desenvolver enquanto âmbito e espaço argumentativo. Trata-se de privilegiar um amplo e aberto processo democrático, reflexivo e crítico. Esse espaço argumentativo assume uma dupla dimensão. Por um lado, é preciso criticar todas as formas de violência na tentativa de buscar critérios de análise e compreensão de como ocorre a produção e a expressão da violência na sociedade, construindo, por sua vez, um sistema capaz de vigilância e de controle a tais mecanismos de produção. Por outro lado, urge pensar e efetivar alternativas e possibilidades que se concentrem no planejamento, detalhamento e caracterização de uma agenda e de um projeto de paz arrojado, ainda que seja enquanto exercício de imaginação utópica.

Nessa perspectiva, será possível olhar a violência e a guerra não mais como a última palavra sobre a realidade, uma espécie de sentença à qual todos estão condenados. A paz é mais forte do que a violência (Cf. NODARI, 2018, pp. 618-631). Urge dar à paz contornos melhor definidos e ousados. A paz não é algo acabado ou um objeto do qual detemos a posse como se fosse uma espécie de mercadoria. A paz é muito mais um acontecimento. É uma atitude. É um comportamento. É um processo com o qual devemos nos engajar. É um projeto de ação de forma a incluir o corpo social, político e econômico numa ampla e solidária visão

de paz. O projeto poderá virar movimento em curso, muito mais do que uma simples meta a ser alcançada estática e individualmente. Por isso, não podemos aceitar passivamente a violência. Pelo contrário, temos de nos indignar diante de gestos e atitudes de agressão e violência sejam eles cometidos por quem for. É compromisso inadiável de cada um e de todos. “Como um conceito dinâmico, é preciso às vezes provoca-los, enfrentá-los e aprender a resolvê-los de forma não violenta. Segundo alguns analistas, é a não aceitação do conflito e dos mecanismos para enfrentá-los que está na origem da violência.” (GUIMARÃES, 2019, p. 47). É a capacidade de assumir com responsabilidade os conflitos existentes e emergentes, buscando resolvê-los sem causar mais violência. E isso significa assumir com convicção e paixão a educação como possibilidade de instauração da paz. Afinal, cada cidadão é de um modo ou de outro um potencial educador e guardião da paz. Para tanto, cada um precisará assumir com convicção que trabalhar pela paz exige engajamento, esforço, sacrifício, compromisso no combate ao ódio, aos maniqueísmos e à ideia de inimigo, ao medo, aos fundamentalismos, às mentiras, à corrupção, à dominação.

(B) Muito provavelmente mais importante do que definir o que é violência seja saber com mais clareza o que vem a ser a não violência. Quando se descobre que a violência é uma perversão radical da relação do sujeito com a humanidade, isto é, com a própria humanidade e com a humanidade do outro, percebe-se que a contraposição precisa ser um não categórico. Descobre-se que a não violência precisa ser anterior e superior à violência. A não violência não é a conclusão de um raciocínio, não é uma dedução, mas sim opção da razão. A recusa em reconhecer a legitimidade da violência instaura o conceito de não violência. Para entender a noção de não-violência, segundo Gandhi, é preciso compreender que ela quer defrontar-se com a situação de injustiça ou mal, indo além de toda passividade ou indiferença. A passividade é a aceitação tácita de uma situação sem assumir responsabilidade diante desta situação. Entre as razões da passividade, encontramos o medo de se opor à injustiça e a complexidade das situações que nos rodeiam, aceitando certo sentimento de desamparo. Ocultar ou dissimular os conflitos, as injustiças e as violências contribui a mantê-las, reforçá-las e aumentá-las.

A não violência também é oposta à atitude denominada de contra-violência, isto é, à atitude que consiste em se opor à injustiça com meios violentos. A contra-violência é frequentemente adotada porque não se conhece outras formas de luta contra a injustiça. A



não violência adota uma perspectiva bem diferente: ela recusa categoricamente a passividade e a contra-violência (Cf. GUIMARÃES, 2019, pp. 43-69). Ela constitui uma forma de resistência ou de revolução, sem cair na violência. Essa primeira dimensão da não violência, segundo Gandhi, é caracterizada pela completa ausência de qualquer desejo de querer prejudicar e por uma benevolência para com todos os seres vivos. Trata-se da recusa de qualquer forma de ódio e violência para fazer face à violência, pois, segundo ele, o resultado não corresponderia a seu objetivo, mas, ao contrário, contribuiria a reforçar a espiral de violência. Enfrentar a violência com a violência ainda é permanecer sob o seu controle. A única maneira de resistir à violência é destruir sua atração, começando a se abster de reforçá-la. Assim, a não violência recusa de forma absoluta qualquer recurso à violência ou ao ódio nos assuntos humanos. Mas não fazer mal não expressa toda a amplitude da não violência. O não violento não é somente aquele que não faz violência, mas acima de tudo aquele que faz justiça com a não violência. Por esta razão, segundo Gandhi, a segunda expressão da ação é ativa e construtiva, ou seja, é a “força do amor”, ou então, “a força da alma”. Assim, a não violência proposta por Gandhi também é chamada de “não-violência ativa”, devido ao seu viés construtivo. Ele acreditava que seria possível “vencer o mal pelo bem, a ira pelo amor, a mentira pela verdade”, por meio da cooperação e da não aceitação das diversas formas de violência em qualquer dimensão que fosse ela.

(C) *A paz não é a simples ausência de conflitos.* Outra distinção importante é aquela entre conflito e disputa. Nós, seres humanos, não somos governados por instintos ou comportamentos predeterminados. Nós temos que escolher entre as possibilidades e fazer escolhas. Temos conflitos pessoais, comunitários, sociais, trabalhistas, e, inclusive, conflitos de relações internacionais. Quando existimos socialmente, surgem conflitos entre as pessoas até mesmo em células básicas de socialização, entre grupos em uma rede social mais ampla, e mesmo entre nações no panorama internacional. Os conflitos fazem parte da vida. Ao contrário do que pensamos, os conflitos não são nem positivos nem negativos: o que pode ser negativo ou positivo é a maneira como se dá o tratamento e a atitude perante os mesmos. Os conflitos não são sinônimos de intolerância ou de desacordo. Nossa dificuldade reside no fato que nós confundimos o conflito, isto é um choque de objetivos, com as consequências do conflito e maneiras de lidar com isso. Para

resolver a um determinado conflito, as pessoas podem reagir de maneiras diferentes: impor seu ponto de vista; ceder ao ponto de vista oposto; reagir com violência; abandonar a organização da festa; ou usar o diálogo para chegar a um consenso. Pode-se, pois, distinguir o conflito em si e as reações ao conflito; se eu reagir com violência, é a minha reação que é violenta e não o próprio conflito.

Nessa perspectiva, os conflitos são um obstáculo à paz, e a paz não significa a eliminação dos conflitos, porque eles fazem parte da vida mesma em sociedade. Como um conceito dinâmico, é preciso às vezes provocá-los, enfrentá-los e aprender a resolvê-los de forma não-violenta. Às vezes, pode-se afirmar, que a própria não aceitação do conflito e dos mecanismos para enfrentá-los que estão na origem da violência. “A resolução de conflitos de modo não violento pode contribuir para construir uma cultura de paz, mudando atitudes, crenças e comportamentos (no dia a dia ou nas grandes negociações entre países), tornando natural resolver os conflitos sem violência” (HAMMES, 2021, p. 190). Logo, a não violência nos permite ir além de certa concepção idealista da paz e de convívio social. O compromisso pela paz e pela não violência não pode, ingenuamente, ser entendido como passividade, mergulhando numa noção idílica e romântica de uma paz quase impossível ou angelical. A não violência, tendo nascido em situações concretas com metas definidas, permite compreender a paz, não como uma ideia, mas como uma ação e, especialmente, como uma agenda de ações. A paz, nessa perspectiva, cessa, então, de significar uma mera boa intenção para exprimir situações definidas em que podemos chegar a um acordo face a quaisquer situações. E essa compreensão tem direcionamento e alcance nas diferentes esferas da vida humana, seja pessoal, familiar, comunitária, social, nacional e internacional. Diante de um conflito é importante ter em mente alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, as pessoas envolvidas em um conflito precisam perceber e dar-se conta do conflito, para, em seguida, chamarem-se e conversarem, expondo e dando-se o direito de ambos exporem os diferentes pontos de vista e os “ruídos” que antecederam e os levaram ao conflito. É muito importante a preocupação em saber quais foram ou são as causas e as raízes de um determinado conflito ou “ruído”.

(D) *Confiar no poder do diálogo.* O diálogo é a capacidade de colocar-se no lugar de fala e de escuta. Não basta só tomar em consideração ou em escuta a própria versão ou ponto de vista pessoal. Diálogo é a atitude de quem se coloca na escuta atenta do outro.

Diálogo é, por assim dizer, encontro com o outro. Trata-se, assim, de uma comunicação, isto é, da relação dialógica do eu com um tu. “O movimento básico dialógico consiste no voltar-se-para-o-outro.” (BUBER, 1982, p. 56). Destaca-se, aqui, Martin Buber, para quem o diálogo é comunicação existencial entre o eu e o tu, em que o próprio silêncio faz parte e se constitui em uma das formas de diálogo, sendo, então, imprescindível distinguir entre o diálogo autêntico e o diálogo falso. Sem dúvida, para que o diálogo seja uma forma autêntica de encontro, faz-se necessária a superação das tendências, por um lado, egoísticas, individualistas, narcisistas e idolátricas, e, também, por outro lado, de alcance e de conformidade ao *status quo* conformável e maleável à aparência do inautêntico, ou seja, da convenção hierárquica “*parecer ser*” o que, na verdade, “*não é*”. Nessa perspectiva, grosso modo, diálogo significa o lugar e o tempo “*através de*”, “*por meio de*” se entrecruzam os discursos, e, neste entrecruzamento, precisam ser pressupostas a unidade e a diferença, isto é, a propriedade e a diferença. Trata-se, pois, de uma atitude de abertura e não de fechamento e de estatutário estático, sendo o diálogo, por conseguinte, muito mais do que uma simples conversação, e, por sua vez, uma maneira de abrir espaço ao diálogo é à pergunta, que rompe com os limites das medidas de validade (Cf. NODARI, 2021, p. 85). “A comunicação, como linguagem, deve ser entendida primeiramente como dimensão ontológica (essencial, constitutiva), e não apenas instrumento para o ser humano entrar em contato com outrem por meio da fala.” (PELIZZOLI, 2012, p. 17).

É preciso, pois, na atitude dialógica deixar-se desarmar, isto é, faz-se urgente baixar as amarras, despir-se, por assim dizer, das posturas e das atitudes de preconceitos, de apontamentos e enfrentamentos. Ambos têm direito e dever, respectivo, de fala e de escuta recíprocas. O mais importante não é saber e provar quem é mais forte ou quem é mais fraco, quem é o vencedor e quem é o perdedor, pois, quando temos tais atitudes, no fim de contas, ambos perdem. Não obstante seja sempre um desafio, urge ter presente que a pessoa é sempre mais do que sua atitude. Evidentemente, não é possível simplesmente desvencilhar os atos da pessoa. No entanto, trata-se de compreender a pessoa em um espectro mais amplo e que transcende os meros atos, ainda que não se possa desvencilhar os atos da responsabilidade de seu ator e executor. Saber e compreender que o ser humano é frágil e vulnerável. Assumir a atitude de confiança no ser humano, não obstante as possíveis ações, por ventura, de agressão e violência. Para tanto, é importante superar a

ideia de que, em um determinado conflito, forte é quem mede e ganha pela força física, corporal e fala mais forte ou eloquente. Forte, na verdade, é quem sabe e consegue, com muito sacrifício, treinamento e atitude e poder de controle e domínio dos sentimentos de raiva, de ódio, de vingança, de morte, etc., assumir com muita responsabilidade o conflito e enfrentar o mesmo com muita humildade e propósito de superação do conflito com postura e atitude não violentas, uma vez que a beleza e a grandeza estão em não “dar margem e asas” para causar mais violência ao invés de auxiliar a diminuir ou a dirimir a violência.

COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

Neste terceiro momento, quer-se traçar, sobremaneira, quatro ideias-chave acerca da Comunicação Não Violenta (CNV). É importante lembrar que comunicar-se não é tão simples e despretensioso quanto parecer “É fato que a comunicação é um desafio de todos os tempos e espaços.” (SEIDEL, 2021, p. 175). Ou seja: “Nem sempre nos reconhecemos como violentos, por não praticarmos ações como matar, espancar e guerrear, mas não nos dedicamos a refletir a violência ou não violência em nossas comunicações.” (SEIDEL, 2021, p. 175). Eis, pois, como se expressa o fundador, por assim dizer da CNV: “Embora possamos não considerar ‘violenta’ a maneira de falarmos, nossas palavras, não raro, induzem à mágoa e à dor, seja para os outros, seja para nós mesmos” (ROSENBERG, 2006, p. 21). De fato, a comunicação nem sempre é para criar condições para a cultura de paz, ou ainda, nem sempre é para formar para hábitos e atitudes de cultura de paz e não violência. “Comunicar-se é nada menos que o ápice do fato da vida estabelecer-se como relação.” (PELIZZOLI, 2012, p. 17).

A seguir, sem entrar, propriamente, na perspectiva de remontar ao surgimento e às características principais da CNV, quer-se trazer à tona e lembrar as quatro características imprescindíveis para uma atitude pacífica e menos violenta de comunicação, segundo a compreensão de seu fundador (ROSENBERG, 2006). Para Rosenberg (2006), a CNV é uma abordagem que pode ser aplicada a todos os tipos de comunicação e a diversas situações. Segundo Rosenberg, a CNV integra o tipo de linguagem, tipo de pensamento, as formas de comunicação, e a contribuir para o bem viver de todos (ROSENBERG, 2019, p. 07). A CNV, mais do que qualquer outra coisa, é a tomada de consciência das necessidades de nossa

humanidade e da nossa capacidade de conexão (SEIDEL, 2021, p. 176). Eis como se pode resumir os quatros aspectos da CNV:

1) *Observação isenta de julgamentos moralizantes*: o primeiro componente da CNV nos indica observar, sem acrescentar avaliação associada ou julgamentos moralizantes ao que vemos ou ouvimos. Ainda segundo Rosenberg (2006), observar é o ato de perceber o que está acontecendo em uma determinada situação que nos afeta positiva ou negativamente, sem fazer nenhum julgamento ou avaliação. A observação é a descrição do fato ocorrido, que gera um sentimento mobilizador de emoções positivas ou negativas.

2) *Identificar e expressar sentimentos*: para Rosenberg (2006), o segundo componente da CNV nos convida a aprendermos a identificar, acolher e expressar os nossos sentimentos, uma vez que eles são a expressão da vida que pulsa em nosso corpo. Os sentimentos resultam ainda dos impulsos gerados por nossa sensibilidade em relação ao que se imagina como sendo algo que possa impactar negativa ou positivamente a nossa vida.

3) *Identificação e expressão das necessidades*: o terceiro componente da CNV é o reconhecimento das necessidades que estão por trás de nossos sentimentos. Podemos dizer que necessidade é aquilo que é estritamente indispensável, que é útil, que não se pode deixar de ter ou ser. Para Rosenberg (2006), nas necessidades reconhecemos a raiz de nossos sentimentos. Para expressar as nossas necessidades é preciso não confundi-las com as estratégias que usamos para atendê-las. Duas características nos ajudam a diferenciar necessidades de estratégias: todas as necessidades são universais, ou seja, todos os seres humanos têm necessidades e a necessidade não contém nenhuma referência à pessoa específica realizando uma ação específica. São universais, por exemplo, a necessidade de autonomia, de celebração, as necessidades físicas.

4) *Fazer pedidos e não exigências*: o quarto e último componente desse processo aborda a questão do que gostaríamos de pedir aos outros para enriquecer a nossa vida. Quando pedidos são formulados de forma negativa, provavelmente provocarão resistência. Pedidos são recebidos como exigências quando os outros acreditam que serão culpados ou punidos se não os atenderem. (2021, p. 176)

(A) *Simbologia da violência ou da não violência*. O ser humano não é uma ilha. O ser humano é um ser de relação. Ele é um projeto aberto e inacabado e enquanto tal ele é ao mesmo tempo singular e universal. Ele é universal enquanto pertencente ao gênero humano, à humanidade com suas características e dimensões universais. Ele é singular enquanto jornada existencial, enquanto trajetória de vida pessoal. Cada qual é singular e único. Assim sendo, ainda que a despeito de muitos questionamentos e críticas, preciso lembrar e assumir que em mim está presente a minha singularidade e a minha universalidade, isto é, em mim há a repercussão de mais amor à humanidade ou de mais ódio, rancor, vingança à própria humanidade na presença de outrem. Faz-se urgente ter presente que cada um de nós repercute e pode repercutir a humanidade toda. A humanidade em nós precisará ser cada vez mais de paz e menos de violência. A humanidade em nós

precisará repercutir a conexão pacífica e harmoniosa muito mais que violenta e desarmoniosa. Assumir tal atitude é de repercussão inominável, isto é, é urgente, pois, segundo Jonas, não é mera utopia e também não atitude meramente humilde. “Trata-se de assumir a responsabilidade pelo futuro do homem.” (JONAS, 2006, p. 353).

(B) *Lembrar que a vida é muito mais do que sucesso aparente.* Nos tempos atuais, há uma espécie de inversão de valores, isto é, passa-se de forma assustadora da busca pelo sentido da vida humana que passa pela vida e crescimento interiores para uma busca acentuada pela vida das aparências, das aplicações artificiais “turbinadas” e “butocadas” na esfera e dimensão do corpo, dos seguidores, contempladores e adutores das redes sociais, levando, na maioria das vezes, para o vazio existencial, quando não houver o apanágio do assentimento à vida que aparece nas redes sociais, que, em muitos casos e situações, pode vir a tornar-se superficial e frívola. O que conta é o que aparece e o que é “curtido” e não, necessariamente, que se dá e acontece, de fato, acabando por desenvolver, em muitos casos, um hiato entre o que aparece nas redes sociais (fotos, paisagens, postagens, vivências artificiais) e o que a pessoa sente, pensa, reflete e vive, de fato, na realidade. Essa situação pode acabar desenvolvendo uma espécie de síndrome da “dupla personalidade”, tanto na própria pessoa, quanto, também, nas que curtem e admiram o referido perfil. Dito com outras palavras, a própria pessoa já não sabe mais qual é o limite entre o real e o virtual, entre quem ela de fato é e quem ela representa. Por outro lado, as pessoas “admiradoras” e “curtidoras” de tal perfil artificial e superficial acabam por não ter limite e não ter “compreensão” e compaixão com quaisquer “distorções”, ou mesmo, “interposições” ao perfil já delineado e conhecido. Eis um dos problemas visíveis e perceptíveis quando o caminho de construção da “jornada existencial” não é tomada em conta em sua totalidade e enquanto caminho de realização pessoal enquanto vida singular e única. Nessa perspectiva, é importante recordar que a vida de alguém é mais que a posição social e profissional que ocupa. A vida de cada um é um projeto que precisa deixar-se provocar, perguntar, questionar pela questão da realização pessoal, a qual não advém do sucesso corporal, do sucesso empresarial, do sucesso amoroso, do sucesso sociopolítico, pela quantidade de lutas e conflitos exitosos. Passa, outrossim, pela busca da realização pessoal e por uma vida que busca mais encontros, mais convivência, mais cooperação do que desencontros e desarmonia belicosa.

(C) Aceitar a presença da mediação. No caso específico de “Felipe” e “Thiago”, a mediação se faz necessária. Trata-se de humildemente aceitar a presença de uma mediação imparcial. Sabe-se que não é simples assumir a imparcialidade. Lembra-se também que imparcialidade não significa indiferença. Imparcialidade na perspectiva de não fazer juízos prévios. Significa aceitar escutar ambas as partes com atenção e cuidado. Imparcialidade significa não assumir um dos lados, simplesmente, para que haja vencedor e vencido. Relevante é ponderar haver pessoas, haver histórias mais do que lados a serem defendidos. Urge superar a inclinação e a tendência de fazer logo “juízos”. Na mediação é sumamente importante a atitude de quem busca ser honesto e justo com ambas as partes. Trata-se de ouvir e deixar ouvir ambos os lados. Como se diz no jargão popular: “faz-se necessário escutar tocar ambos os lados do sino”. O mediador é importantíssimo, quando ambas as partes não conseguem resolver o conflito por e com suas próprias “forças”, atitudes e posturas. O exercício de sentar-se à mesa e escutar ambas as partes com tempo, paciência, humildade e compaixão é atitude de muita nobreza, compromisso e responsabilidade. Mais do que encontrar o culpado, humilhar alguém, importante é que ambas as partes podem ter tido falhas e erros e ambas as partes podem melhorar e crescer juntas, ainda que uma das partes pode ter tido mais ou menos peso em tal conflito. Enfrentar e assumir a resolução do conflito não significa negligenciar, esconder, “passar panos quentes” ou ser indiferente ao mesmo. Significa, no entanto, assumir com objetividade, com humildade e com serenidade e não fazer do conflito um obstáculo maior do que ele é, de modo a ser intransponível.

(D) Focar no propósito e horizonte de crescimento. Faz-se relevante ter a compreensão do horizonte. O horizonte fixa o olhar para frente e não para trás. Horizonte é para frente e um olhar dinâmico, motivador, desejável de alcance, enquanto olhar para trás tem uma perspectiva de paralização, de passado, de culpa, muitas vezes. Não é o passado que melhor determina e vislumbra o projeto de vida de alguém. É a abertura do olhar ao horizonte que se vislumbra, que se abre. No conflito entre “Felipe” e “Thiago” é claro que a história entre ambos é importante. Todavia, o mais importante não é ficar focado tão-somente no conflito enquanto tal. Olhar com objetividade e com veracidade é imprescindível para a superação do conflito. No entanto, uma vez tendo observado, contemplado, analisado com clareza tanto quanto possível o conflito, faz-se urgente

compreender o conflito e projetar o horizonte que se abre na possibilidade de crescimento de ambas as partes, assumindo, se vier a ser o caso, os passos consentidos entre ambos, para que o crescimento e desenvolvimento da cultura de paz e não violência se efetive sempre mais. Não basta ficar olhando e fixando o olhar para trás, porque o passado pode pesar e baixar nossos olhos a ponto de ficar o olhar tão sobrecarregado e inebriado a ponto de impossibilitar o caminho para frente. O olhar do presente para o futuro abre horizontes, torna mais desafiadora e mais leve a projeção de vida. Pode-se afirmar ser importante ter os pés sustentados no passado e o olhar fixo para o horizonte futuro que se vislumbra, a fim de, “já aqui e agora”, ir, paulatina e progressivamente, construindo um mundo de relações mais fraternas, pacíficas, e, por conseguinte, mais humanas e de maior crescimento e convivência, seja na vida familiar, comunitária, social, profissional e na “aldeia mundial” enquanto cidadãos cosmopolitas do mundo. Trata-se de buscar a construção de comunidades e sociedades pacíficas e pacificadoras.

Visualiza-se, pois, uma urgência premente e, por assim dizer, inadiável, nos dias atuais, de propor e promover uma pedagogia de paz e de não violência ativa, e seja ela capaz de desenvolver, em cada pessoa, pensamentos, palavras, gestos, atitudes de paz, porque, com tal postura, pode-se, paulatina e progressivamente, fomentar e desenvolver, nas pessoas, nos grupos, nas comunidades e nas nações, uma mentalidade e uma cultura de paz, uma atmosfera de respeito, de honestidade e de cordialidade. É preciso, por isso, viver mais de benevolência e de diálogo do que de mera tolerância. É fundamental viver mais de justiça do que de mera lógica de retribuição coativa. É urgente viver mais de perdão do que de vingança. É preciso renunciar à lógica do consumismo exacerbado e viver mais a solidariedade, a compaixão e o serviço em favor do bem comum. É imprescindível viver mais de cooperação do que de competitividade. É necessário superar a diabólica lógica da indiferença, da insensibilidade, do fechamento em si mesmo, do individualismo, para viver mais a proximidade, a compaixão, o serviço, a perseverança e a solidariedade. (NODARI, 2022a, p. 136).

CONCLUSÃO

Por fim, salienta-se, a partir do conflito entre “Felipe” e “Thiago”, a importância do diálogo e da atitude não indiferente perante quaisquer conflitos. Os conflitos não podem ser negligenciados, nem ser minimizados e tampouco maximizados. Eles precisam ser enfrentados, sejam eles em quaisquer níveis, esferas ou circunstâncias, pois nada do que é humano pode ser indiferente, tangenciado ou camuflado. É preciso assumir atitudes de

combate à indiferença, à injustiça e a quaisquer atentados à vida humana e à vida de todos os seres vivos. Urge afirmar não apenas a solidariedade com as gerações futuras, mas também com todos os cidadãos e cidadãs da nossa geração. É preciso cuidar da Casa Comum. Urge caminhar e trabalhar juntos em todos os setores e segmentos, onde quer que se esteja. Trata-se de um caminho a ser trilhado e trabalhado sem descanso e sem trégua. É um compromisso exigente de todos e para todos.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo, *Reencantar a educação*. Rumo à sociedade aprendente. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOFF, Leonardo. *Ethos mundial*: um consenso mínimo entre os humanos. Brasília: Letraviva, 2000.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar*. Ética do humano: compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BUBER, Martin. *Eu e tu*. 10ª edição. São Paulo: Centauro, 2001

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.

CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 45. Brasília; São Paulo: CNBB; Paulus; Paulinas, 2007.

CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo*. Para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

FORTE, Bruno. *Teologia da história*: ensaio sobre a Revelação, o início e a consumação. São Paulo: Paulus, 1995.

GUIMARÃES, Dom Irineu Rezende. *Correspondência com Irene*. Meditações de um Cristão sobre a paz e a não violência. Caxias do Sul: EDUCS, 2019.

HAMMES, Lúcio Jorge. Conflito. In: NODARI, Paulo César; SÍVERES, Luiz. *Dicionário de cultura de paz*. Volume 1. Curitiba: CRV, 2021, pp. 187-191.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade*. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

JUNGES, José Roque. *Ecologia e criação*. São Paulo: Loyola, 1999.

LIBANIO, João Batista. *A arte de formar-se*. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 2001.

NODARI, Paulo César. *Casa Comum ou globalização da indiferença?* Ensaio sobre ecologia integral, fraternidade, política e paz. São Paulo: Paulus, 2022a.

NODARI, Paulo César. Diálogo que liberta radicalmente. In: SÍVERES, Luiz; LUCENA, José Ivaldo Araújo de (Orgs.). *Diálogo na perspectiva da fraternidade*. Caxias do Sul: EDUCS, 2021, pp. 79-105.

NODARI, Paulo César. Educação, cultura e cidadania. In: CESCO, Everaldo; NODARI, Paulo César. *Temas de Filosofia da Educação*. 2ª edição ampliada. Caxias do Sul: EDUCS, 2019, pp. 57-75.

NODARI, Paulo César. *Fraternidade e amizade social*. Uma introdução à leitura da Encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco. São Paulo: Paulinas, 2022b.

NODARI, Paulo César. Violência, razão e cultura de paz. *Roteiro*, v. 43, 2018: pp. 605-634.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2001.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Tópicos sobre dialética*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

PELIZZOLI, Marcelo. Introdução à comunicação não-violenta - fundamentos e método. In: PELIZZOLI, Marcelo (Org.). *Diálogo, mediação e justiça restaurativa*. Recife: EDUFPE, 2012, v. 1, p. 17-50.

ROBINET, Jean-François. *O tempo do pensamento*. São Paulo: Paulus, 2004.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação Não Violenta*. Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

ROSENBERG, Marshall B. *Vivendo a Comunicação não violenta*. Como estabelecer conexões sinceras e resolver conflitos de forma pacífica e eficaz. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

SEIDEL, Jussara. Comunicação Não Violenta. In: NODARI, Paulo César; SÍVERES, Luiz. *Dicionário de Cultura de Paz*. Volume 1. Curitiba: Editora da UFPR, 2022.